



BUSINESS & HUMAN RIGHTS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA

www.cddmoz.org

Quinta - feira, 10 de Julho de 2025 | Ano VI, n.º 37 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Silêncio do Estado, poder das empresas: O drama da mineração artesanal em Moçambique

- A mineração artesanal em Moçambique enfrenta graves desafios, com mortes frequentes, repressão violenta e exclusão social em províncias como Manica e Cabo Delgado. A indiferença do Estado e o autoritarismo empresarial agravam a vulnerabilidade dos garimpeiros, exigindo urgentemente políticas inclusivas, formalização do sector e respeito pelos direitos humanos para promover segurança e desenvolvimento sustentável.



Introdução

A mineração artesanal em Moçambique constitui uma realidade complexa que envolve milhares de cidadãos, em especial jovens, que recorrem a esta actividade como uma estratégia para

mitigar a grave escassez de empregos formais e a limitada oferta de oportunidades económicas. Em províncias como Manica e Cabo Delgado, a abundância de recursos minerais contrasta



Os incidentes recentes em Montepuez e Manica ilustram a complexidade dos desafios que envolvem a mineração artesanal em Moçambique. A repressão e a negligência estatal têm-se revelado insuficientes e contraproducentes, exacerbando vulnerabilidades e alimentando tensões sociais. A implementação de normas internacionais de direitos humanos e a formalização do sector constituem caminhos essenciais para transformar um cenário marcado por violência e exclusão num modelo sustentável, inclusivo e respeitador da dignidade humana.

dolorosamente com a pobreza persistente das comunidades locais, fazendo do garimpo uma alternativa de sobrevivência muitas vezes marcada por condições precárias e inseguras. Este fenómeno tem-se revelado especialmente trágico, evidenciado pelos frequentes desmoronamentos de minas ilegais que, somente em Manica, provocaram pelo menos vinte mortes desde o início do ano. Paralelamente, intensificou-se a repressão contra os garimpeiros, com episódios como o recente baleamento de dois mineiros artesanais por forças de segurança na concessão da Montepuez Ruby Mining (MRM), em Cabo Delgado.

O Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) acompanha com profunda preocupação

a forma como a mineração artesanal tem sido gerida em Moçambique, num contexto que evidencia um padrão cíclico de violação dos direitos humanos das comunidades locais. Estas são frequentemente criminalizadas por buscarem o acesso a recursos existentes nos seus territórios, numa dinâmica que reflecte tanto a negligência do Estado na regulação e protecção destes trabalhadores como o autoritarismo empresarial que predomina no sector extractivo. O CDD alerta que a falta de uma resposta articulada que promova o desenvolvimento sustentável e a inclusão social das populações afectadas agrava as desigualdades e alimenta tensões sociais, com impactos negativos profundos para a estabilidade e coesão social.

Confrontos em Montepuez: repressão histórica e recente violência contra mineradores artesanais

No dia 28 de Maio de 2025, uma patrulha da Polícia da República de Moçambique (PRM) detectou a presença de mineradores artesanais a operar dentro da concessão da Montepuez Ruby Mining (MRM). Segundo relatos oficiais, a tentativa inicial de dispersão pacífica degenerou numa situação de confronto, com os garimpeiros armados de machetes e picaretas a resistirem. A escalada resultou em disparos por parte da polícia, que feriram dois mineiros — ambos cidadãos tanzanianos — os quais receberam tratamento médico na clínica da MRM antes de serem transferidos para o hospital local, encontrando-se actualmente estáveis¹.

Este episódio não é isolado, mas antes um reflexo de uma longa história de confrontos entre

garimpeiros artesanais e forças de segurança, que remonta à descoberta dos rubis em Montepuez, em 2009. Organizações de direitos humanos têm documentado, ao longo dos anos, práticas repressivas sistemáticas, incluindo detenções arbitrárias, tortura e violência física, tanto por parte da Unidade de Intervenção Rápida (UIR) como de seguranças privados da MRM. Estas acções, destinadas a expulsar os mineiros das áreas concessionadas, têm gerado crescente antagonismo entre comunidades locais e autoridades, reforçando a marginalização socioeconómica e exacerbando vulnerabilidades que favorecem a proliferação da instabilidade, incluindo o recrutamento por grupos armados em Cabo Delgado.

Tragédias silenciosas em Manica: O custo humano da mineração artesanal e o medo das autoridades

Na província de Manica, a mineração artesanal assume-se como uma actividade de risco elevado, tendo desde janeiro de 2025 resultado na morte de pelo menos vinte pessoas, vítimas de desmoronamentos em minas ilegais. Os distritos mais afectados são Manica, Gondola e Báruè, embora o número real de fatalidades seja provavelmente superior, dada a relutância das

comunidades em reportar incidentes, muitas vezes motivada pelo receio de represálias por parte das autoridades do Estado. Este clima de medo reforça a invisibilidade dos perigos enfrentados pelos garimpeiros e evidencia a ausência de políticas públicas eficazes para regular, proteger e organizar este sector vital para muitos.

¹ <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/43491>

Em vez de implementar medidas que assegurem condições de trabalho mais seguras e sustentáveis, as autoridades têm privilegiado uma abordagem repressiva, que não só falha em resolver os problemas estruturais, como tem contribuído para o aumento da mortalidade entre os mineiros artesanais. Silva Manuel, director dos Serviços Provinciais de Infra-estruturas, cita-

do pelo Club of Mozambique², destaca a necessidade de os garimpeiros se organizarem em associações para mitigar os riscos e promover uma exploração responsável. Contudo, episódios recentes, como os deslizamentos em Bárúè que resultaram em múltiplas mortes, ilustram a persistência de um ciclo de vulnerabilidade e negligência institucional.

O alto custo da negligência estatal e empresarial na mineração artesanal

A contínua indiferença do Estado moçambicano face à mineração artesanal traduz-se numa realidade de perdas humanas evitáveis e condições de trabalho degradantes. Desde o início do ano, pelo menos vinte mineiros perderam a vida em Manica devido a desmoronamentos, numa cifra que poderá ser ainda maior devido à subnotificação. Esta invisibilidade é amplificada pelo medo constante de represálias, que se torna um factor de silenciamento das comunidades. A ausência de regulamentação efectiva e apoio técnico empurra milhares de pessoas para actividades arriscadas, evidenciando uma falha grave na protecção

dos direitos fundamentais destes trabalhadores.

Paralelamente, a repressão violenta contra garimpeiros em áreas concessionadas por empresas, como a MRM em Montepuez, reforça um padrão preocupante de criminalização da mineração artesanal. O recente baleamento de dois mineiros exemplifica esta lógica que privilegia a defesa de interesses económicos em detrimento da vida e dignidade das comunidades locais. É imperativo que a violência e as mortes deixem de ser encaradas como danos colaterais, passando a ser abordadas como sintomas de um sistema que necessita de reformas profundas.

Normas internacionais e o papel dos Princípios Voluntários e do IcoCA

A tensão entre a necessidade de manter a ordem e a obrigação de respeitar os direitos humanos torna-se particularmente evidente no contexto da mineração ilegal. O incidente em Montepuez expõe os desafios inerentes à contenção de actividades ilícitas que envolvem redes transnacionais e campanhas de desinformação. Neste âmbito, os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos (PVs) e o International Code of Conduct for Private Security Service Providers (IcoCA) assumem um papel fundamental.

Estas normas internacionais estabelecem padrões para a actuação ética e responsável, quer de empresas de segurança privada, quer das forças estatais, orientando a utilização proporcional da força e o respeito pelos direitos humanos. A sua aplicação pode contribuir para que a segurança seja garantida num quadro de transparência, responsabilização e inclusão social, evitando abusos e promovendo um ambiente em que o desenvolvimento sustentável e a protecção dos direitos fundamentais coexistam.

² <https://clubofmozambique.com/news/mozambique-at-least-20-artisanal-miners-have-died-in-manica-province-since-january-283972/>

Recomendações para uma abordagem inclusiva e sustentável

Face ao quadro actual, é imperativo que se adopte uma abordagem que transcenda a repressão e promova a formalização da mineração artesanal. Isto implica a concessão de licenças, a capacitação técnica dos garimpeiros e o apoio às comunidades locais, fomentando práticas sustentáveis e a integração deste sector na economia formal. Tal processo contribuiria para a redução dos conflitos, melhoria das condições de trabalho e fortalecimento da coesão social.

A implementação dos PVs e do IcoCA deve ser vista como um instrumento estratégico para garantir que as intervenções na mineração artesanal respeitam os direitos humanos, promovendo um equilíbrio entre segurança e dignidade. Só através de um esforço coordenado entre Estado, empresas e sociedade civil será possível construir uma solução duradoura, que assegure o desenvolvimento económico e social inclusivo e proteja as populações mais vulneráveis.

Conclusão

Os incidentes recentes em Montepuez e Manica ilustram a complexidade dos desafios que envolvem a mineração artesanal em Moçambique. A repressão e a negligência estatal têm-se revelado insuficientes e contraproducentes, exacerbando vulnerabilidades e alimentando tensões sociais. A implementação de normas internacionais de direitos humanos e a formalização do sector constituem caminhos essenciais para transformar um cenário marcado por violência e exclusão num modelo sustentável, inclusivo e respeitador da dignidade humana.

A solução passa por garantir que todos os actores envolvidos, isto é, autoridades, empresas e comunidades dialoguem e cooperem numa agenda comum de justiça social, segurança e desenvolvimento sustentável, evitando que as vidas continuem a ser perdidas por uma abordagem fragmentada e autoritária.



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.


MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autores: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

